

a Autogestão e o “novo Cooperativismo”

A Secretaria Nacional de Economia Solidária-SENAES, surgiu como expressão, no campo da política de Estado, de um amplo movimento social assentado nas diversas formas de existência da Economia Solidária, que significa uma nova expressão do movimento cooperativista frente a nova etapa do capitalismo, caracterizada pelo desemprego estrutural e pela precarização do trabalho, sob hegemonia da globalização financeira.

A reinvenção da economia Solidária porta em si uma espécie de ressurreição de valores que fazem parte da cultura do movimento operário:

solidariedade, autogestão, autonomia, mutualismo, economia moral, etc. Neste sentido, Economia Solidária e Autogestão, se não são sinônimos, são termos que caminham juntos. Podemos mesmo afirmar que não há autogestão sem economia solidária e que não pode haver economia solidária sem autogestão.

Apesar da diversidade de conceitos, pode-se caracterizar a Economia Solidária como:

“O conjunto de empreendimentos produtivos de iniciativa coletiva, com um certo grau de democracia interna e que remuneram o trabalho de forma privilegiada em relação ao capital, seja no campo ou na cidade”.

Por sua vez, a autogestão é mais um “ideal” de democracia econômica e gestão coletiva que caracterizam um novo modo de produção. Contudo, este “ideal” se expressa em formas distintas nos diversos momentos da história, como possibilidades concretas dos trabalhadores constituírem suas utopias de uma sociedade igualitária e socialista. Isto significa uma radicalização da economia solidária, no sentido dos trabalhadores se reapropriarem daquilo que o capital lhes expropriou ao longo da história.

Nesta perspectiva, autogestão e socialismo andam sempre de mãos dadas no processo de libertação dos trabalhadores. Todavia, a expressão “socialismo autogestionário”, historicamente, é uma ideia relativamente nova, pois, provém da experiência da Jugoslávia, iniciada em 1950.

Entretanto, já no final do século XIX, por exemplo, Karl Marx defendia a “Associação dos produtores livres e iguais”, declarava-se favorável as cooperativas de produção, organizadas em escala nacional. E, não menos fundamental, proclamou a frase que viria a se tornar o “Lema da Autogestão”:

“A libertação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores”.

Portanto, pretender uma definição acabada do socialismo autogestionário, seria negar o dinamismo da história e das lutas dos trabalhadores. Mas, isto não impede que, em diversas conjunturas da história, sobretudo em seus momentos críticos, o movimento operário construa formulações. Neste sentido, o movimento prático é uma forma de teoria.

Por exemplo, na longa conjuntura dos anos 60 e 70, marcada por lutas operárias pelo controle do processo de produção, uma Conferência Nacional pelo Socialismo Autogestionário, realizada em Lisboa, Maio de 1978, ainda como fruto das experiências das comissões de trabalhadores surgida durante a Revolução dos Cravos (1974), assim foi definida a autogestão:

“ A autogestão é a construção permanente de um modelo de Socialismo, em que as diversas alavancas do poder, os centros de decisão, de gestão e controle, e os mecanismos produtivos sociais, políticos e ideológicos, se encontram nas mãos dos produtores-cidadãos, organizados livres e democraticamente, em formas associativas criadas pelos próprios produtores-cidadãos, com base no princípio de que toda a organização deve ser estruturada da base para a cúpula e da periferia para o centro, nas quais se implante a vivência da democracia direta, a livre eleição e revogação, em qualquer momento das decisões, dos cargos e dos acordos”.

Paul Singer, em Seminário sobre a “Economia Socialista” (2000), fez referência à disputa ocorrida na revolução soviética entre os partidários da “planificação centralizada” pelo Estado e os defensores da autogestão. Com a derrota desta última alternativa, abriu-se o caminho para as experiências do chamado “socialismo real”, caracterizadas pelo planejamento geral e pela concentração do poder.

A outra via, a do “socialismo como autogestão”, se expressava através da “ruptura com a ditadura do capital nas empresas e sua substituição pela gestão coletiva dos meios de produção exercida pelos produtores livremente associados. Estas idéias inspiraram os defensores das “cooperativas de produção autogestionárias”, das quais Rochdale, fundada em 1844, foi a pioneira.

A corrente autogestionária socialista tem uma experiência histórica que é a da própria história das lutas dos trabalhadores. E.P. Thompson, em sua “Formação da Classe Operária Inglesa”, remarca que,

“ Em fevereiro de 1819, os operários ingleses do tabaco, após onze meses de greve, começaram a organizar a produção por sua própria conta”.

Paul Singer recorrendo, também, à história da classe operária inglesa, apoiado em G.D.H. Cole, assinala o caráter revolucionário do cooperativismo em suas origens:

“ Mas greves e ‘lock-outs’ logo se multiplicaram em outras partes do país e os recursos da União estavam longe de poder manter os excluídos. A detenção e condenação dos trabalhadores de Dorchester, em março de 1834, foi mais um golpe, pois ameaçava os sindicatos em todos os lugares com penalidades legais, somados à hostilidade dos empregadores. A GNUMM (Grande União Nacional Moral das Classes Produtoras) e a maioria dos seus afiliados aboliram os juramentos, que eram comumente parte das cerimônias de iniciação sindical e haviam fornecido a base para as condenações de Dorchester.

Mas, em face da crescente militância dos empregadores e da declarada hostilidade do governo, os sindicalistas em muitas áreas começaram a perder o ânimo. Owen e seus discípulos puseram-se à frente da demanda pela libertação dos trabalhadores de Dorchester e entraram na GNUMM em bloco, na esperança de salvar a situação. Mas uma greve sem sucesso dos alfaiates de Londres – que em seu decorrer cobriram Londres de cartazes anunciando que estavam partindo em bloco para a Produção Cooperativa – piorou seriamente a situação; e os empregadores de Yorkshire, retomando a ofensiva do ano anterior, conseguiram em maio e junho quebrar o poder do Sindicato de Leeds. O Sindicato dos Trabalhadores em Construção também estava ruindo face a repetidos ataques (...)

.E uma após a outra, as associações de ofício foram deixando o sindicato, que no fim de 1834 se extinguiu.As oficinas corporativas em Derby tiveram de fechar, e os homens foram forçados a voltar ao trabalho nas condições impostas pelos empregadores.O Sindicato dos Oleiros, que montou uma olaria cooperativa em junho de 1834, teve de abandoná-la seis meses depois.A grande aventura sindical estava chegando a um fim sem glória”.

P. Singer arremata :”Esta é a origem da economia solidária.Seria justo chamar esta fase inicial de sua historia de “cooperativismo revolucionário”, o qual jamais se repetiu de forma tão nítida.Ela tornou evidente a ligação essencial da economia solidária com a critica operaria e socialista do capitalismo.”

Apesar de inúmeras derrotas , permaneceu viva a idéia de que “trabalhadores associados poderiam organizar-se em empresas autenticamente autogestionarias e desafiar assim a prevalência das relações capitalistas de produção”.(Singer).

Na longa historia da classe operaria, podemos traçar 5 ondas de longa duração que apontam na perspectiva do socialismo autogestionario:

- 1) O movimento dos “visionários”,como, Robert Owen e a gestão operaria; Fourier e os falansterios;Louis Blanc e as oficinas nacionais; Lassale e as oficinas autogestionarias;Proudhon e o mutualismo;Williams Morris e os pequenos grupos espontâneos; Theodor Hertzka e as comunas autogestionarias.
- 2) Grupos e movimentos sociais,como, marxismo, anarquismo,sindicalismo,socialismo cooperativo.
- 3) Revoluções ou experiências praticas de autogestão: A Comuna de Paris (1871); a Revolução Russa (1905); a revolução Socialista de Outubro de 1917;a revolução húngara de 1919;a revolução Alemã de 1919; a Revolução italiana de 1919;a revolução espanhola de 1936-1939;a revolução argelina de 1962; as revoluções no Leste europeu : na Hungria em 1956, na Polônia em 1956, a revoluçãoTheca da “Primavera de Praga” em 1968,o movimento social Solidarnosc,na Polônia em 1980-81.

Diversas experiências de praticas autogestionarias na Europa nos anos 60 e 70,sobretudo na França (tipo LIP),na Italia ,em Portugal.

- 4) Novos sistemas de autogestão,como, experiências de organização na produção (cogestão,consultas coletivas,delegados sindicais,etc) , a autogestão como sistema na Iugoslávia, a partir de 1950.
- 5) Uma onda mais recente , caracterizada pela existência em diversos paises do movimento da Economia Solidária.

A REINVENÇÃO DA ECONOMIA SOLIDARIA E O ‘NOVO COOPERATIVISMO’

A partir da segunda metade da década de 70, o desemprego estrutural em massa voltou a ser uma constante na vida dos trabalhadores. Nas décadas seguintes, ocorreu a desindustrialização dos países centrais e mesmo de países semiindustrializados, como o Brasil, eliminando vários milhões de postos de trabalho formal. Ter um emprego passou a ser um privilégio de uma minoria. Os Sindicatos perderam sua capacidade de lutar pelos direitos dos trabalhadores.

Neste contexto, ressurgiu com força cada vez maior a economia solidária na maioria dos países. Na verdade, ela foi reinventada. O que distingue este “NOVO COOPERATIVISMO” é a volta aos princípios, o grande valor atribuído à democracia e à igualdade dentro dos empreendimentos, a insistência na AUTOGESTÃO e o repúdio ao assalariamento.

A estratégia da economia solidária autogestionária se fundamenta na tese de que as contradições do capitalismo criam oportunidades de desenvolvimento de organizações econômicas cuja lógica é oposta à do modo de produção capitalista.

Todavia, a reinvenção e o avanço da economia solidária não depende apenas dos próprios desempregados e, não prescinde do apoio do Estado e do fundo público, como também, de várias agências de fomento. Cumpre afirmar que, para uma ampla faixa da população, construir uma economia solidária depende primordialmente dela mesma, de sua disposição de aprender e experimentar, de sua adesão aos princípios da solidariedade, da igualdade e da democracia e de sua disposição de seguir estes princípios na vida cotidiana.

O Socialismo com Autogestão

A autogestão é uma idéia, mas, antes de tudo é uma prática social e política. Assim, um “Projeto Histórico” que pode ser definido como o conteúdo real de um modo de produção socialista, que sucede ao modo de produção capitalista; Mas, é, também, uma linha de mobilização dos trabalhadores e cidadãos, uma estratégia política para as conjunturas históricas, como perspectiva imediata.

Nesta perspectiva, de longa duração, a autogestão retoma a idéia de Rosa Luxemburgo da “Experimentação Social”, da articulação da idéia autogestionária com as experiências concretas: É agindo coletivamente que as massas aprendem a se autogerir; não há outro meio de apropriação crítica da ciência”.

Neste sentido, a sociedade autogestionária é uma sociedade de experimentação social, que se institui e se constrói por si-mesma. A autogestão é um método e uma perspectiva de transformação social. É um movimento, produto da experiência de vitórias e de derrotas; é um amplo processo de experiências em todo o conjunto da vida social.

O direito à experimentação é o fundamento da autogestão. O direito da experimentação deve ser a primeira tarefa de um Governo que defende a perspectiva da autogestão. Mas, o direito à experimentação coletiva de novas formas de vida e de trabalho, não pode se construir “de cima”, a partir de iniciativas do Estado. A economia solidária e a autogestão se

constroem a partir das iniciativas da sociedade civil, nas empresas, nos bairros, nas municipalidades.

Consoante com esta perspectiva, P. Singer afirma que “os praticantes da economia solidária foram abrindo caminhos, pelo único método disponível no laboratório da história: o de tentativas e erros”. Em sua obra “Utopia militante. Repensando o Socialismo”, já afirmava o caráter de aposta, de possibilidades da proposta socialista:

“ Como estamos longe de ter no mundo formações sociais em que o modo de produção socialista seja hegemônico, a implantação de cooperativas e outras instituições de cunho socialista é um processo que poderá ou não desembocar numa revolução socialista. Trata-se, portanto, de uma revolução social em potencial, cuja culminação ou “vitória” é uma possibilidade futura”.

A proposta autogestionária tem por eixo que a ação socialista deve ter por horizonte o princípio da “Autogestão Máxima” na vida social e comunitária. Neste sentido, alguns eixos são fundamentais redefinição da democracia socialista:

- um Governo de esquerda no poder e,
- um movimento de economia solidária autogestionária.

A sociedade contemporânea moderna e complexa, exige como alternativa um tipo de socialismo, com base em um novo tipo de instituições comunais, cooperativas e coletivas, com a plena prática democrática do debate livre, assembleias e candidaturas livres e decisões democráticas.

O princípio do “Máximo de Autogestão” tem por desafio principal a criação de formas diretas de poder popular em vários níveis:

no campo industrial e profissional, ao desenvolver formas de democracia interna nos locais de trabalho; associadas a novas formas do processo democrático na economia, na educação, na política social e na cultura.

O Socialismo Autogestionário

As experiências históricas levam a rejeição de 3 alternativas sociais:

- 1] a democracia liberal
- 2] o capitalismo de Estado
- 3] o socialismo de Estado

A alternativa socialista que tem por base a economia solidária e a autogestão, apresenta três instâncias fundamentais:

- 1] A socialização dos meios de produção, implicando a abolição da propriedade privada dos recursos produtivos e sua substituição pela propriedade social; ou seja, a **AUTOGESTÃO SOCIAL**;
- 2] A socialização do poder político, a participação dos cidadãos livres e iguais na formação coletiva de uma vontade política e no exercício direto da autoridade, ou seja, a **DEMOCRACIA DIRETA**;

3] enfim, a transformação do mundo das relações intersubjetivas ,no sentido da afirmação da solidariedade;ou seja, a REVOLUÇÃO CULTURAL do COTIDIANO.

Seminário Nacional de Autogestão.
Jonville-SC,
13 e 14 de Dezembro de 2003.